

Escola deve formar profissional de segurança

O governo federal poderá criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social, segundo estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação. A proposta será ainda examinada pela Comissão de Justiça, onde receberá decisão terminativa. **7**

Simon quer código contra a impunidade

Pedro Simon disse que é necessário buscar um texto para o novo Código de Processo Penal (CPP) que combata a impunidade. O senador fez essa afirmação na comissão externa de juristas incumbida de elaborar um anteprojeto reformando o código. **2**

Dívidas estaduais na mira de comissão

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle pretende conhecer relatórios feitos pelo Tribunal de Contas da União sobre dívidas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro e do município de São Paulo. **3**

Senado mantém votações em todo período eleitoral

Líderes decidem, em reunião com Garibaldi, que haverá sessões deliberativas normalmente nos meses de agosto e setembro, com a realização de ordem do dia das terças às quintas-feiras



Garibaldi Alves (à esquerda) reúne-se com os líderes e presidentes de comissões: expectativa de votações no Plenário

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, informou que os líderes entenderam que as votações em Plenário são compatíveis com a participação dos senadores nas campanhas municipais. O líder do governo, Romero Jucá, disse que as matérias mais polêmicas, como a que trata do pagamento de precatórios, poderão ser votadas na última semana deste mês, assim como a que modifica a Tarifa Social de Energia Elétrica. **3**

Mandioca pode ser adicionada à farinha de trigo



Na reunião presidida por Aloizio Mercadante (à esquerda), a CAE acolheu as programações monetárias para o segundo e o terceiro trimestres deste ano

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o projeto que prevê a adição de mandioca refinada, farinha de raspa de mandioca ou fécula à farinha de

trigo e derivados adquiridos pelo poder público. A mistura poderá ser usada na fabricação de pães e massas em programas sociais como o Fome Zero. A proposta vai

ao exame do Plenário. A comissão também aprovou outros projetos, como o que pretende corrigir falhas na lei que criou a Tarifa Social de Energia Elétrica. **5**

Heráclito Fortes é o novo presidente da CPI das ONGs



Heráclito (3º à dir., ao lado de Lúcia Vânia e Inácio Arruda) afirma que é preciso acabar com desvios no terceiro setor

Por unanimidade, o senador Heráclito Fortes foi eleito ontem presidente da CPI das ONGs. Ele substituiu Raimundo Colombo, que se licenciou para participar das eleições municipais em Santa Catarina. Heráclito marcou para hoje uma reunião administrativa da CPI, em que pretende traçar novos planos. O senador acredita que é possível compatibilizar as agendas de trabalho da CPI e do Senado com as eleições municipais. **6**

Senador sugere à comissão especial externa incumbida de elaborar anteprojeto de novo código a criação de uma "justiça especial" para julgar "políticos criminosos"

Simon defende um novo CPP que combata a impunidade

PEDRO SIMON (PMDB-RS) disse que é necessário buscar um texto para o novo Código de Processo Penal (CPP) que permita o combate à impunidade. O senador frisou que o Brasil é considerado o país da impunidade e lembrou que um avanço para mudar essa situação foi o fim da exigência de autorização das Casas Legislativas para que os parlamentares sejam processados. Ele fez essas afirmações durante reunião da comissão externa de juristas incumbida de elaborar um anteprojeto reformando o código. O colegiado discutiu ontem os princípios e a estrutura da nova legislação.

O parlamentar sugeriu a criação de uma "justiça especial" para julgar "políticos criminosos" e, com isso, impedir que estes concorram a cargos eletivos. O senador relatou que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul criou uma câmara especial para julgar prefeitos. Ele avalia que a medida também deveria ser adotada para julgamento dos candidatos com "ficha suja".

O advogado e professor da Universidade de São Paulo (USP) Antônio Magalhães Gomes Filho propôs que o novo texto determine, no capítulo "Princípios Gerais", que o código observará os princípios da Constituição e dos tratados internacionais, sem explicitá-los. Magalhães é responsável por apresentar, com o advogado e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, sugestões sobre princípios e estrutura.

Por sua vez, o consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira de-



Comissão é coordenada por Hamilton Carvalho (esq., ao lado de Eugenio Pacelli)

fendeu a necessidade de esses princípios estarem nominados no código, como ocorre no Chile e na Argentina. Considerou que o novo código não pode "perder a oportunidade" de reforçar os princípios e direitos constitucionais.

Na opinião de Jacinto Coutinho, é preciso criar mecanismos para desburocratizar a investigação e os processos penais a fim de que estes tramitem com maior celeridade e possa haver punições. Ele indicou, por exemplo, a adoção de apenas uma instrução, pois, conforme lembrou, em muitas circunstâncias é impossível repetir as provas nas diversas fases do processo. De acordo com o jurista, atualmente não há punição das pessoas que cometem ilícitos.

– Não se pune nem o sacoleiro, nem o grandão. Tem-se pena do sacoleiro e não se consegue chegar ao grandão – observou.

Modelos

O procurador regional da República Eugenio Pacelli, relator geral da comissão, ressaltou que o modelo a ser adotado para o novo código deve ser "assimilável para as pessoas que trabalham com o Direito".

Pacelli disse que a comissão

especial já decidiu sobre a estruturação temática de cada matéria no código e, ainda na tarde de ontem, iniciaria a discussão a respeito dos princípios que devem estruturar os outros temas relacionados ao novo Código de Processo Penal.

Coordenada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalho, a comissão reúne-se mensalmente. A sociedade pode apresentar sugestões ao colegiado por meio do site www.senado.gov.br/novocpp ou pelo e-mail novocpp@senado.gov.br.

Segundo o consultor Fabiano Silveira, a comissão já recebeu mais de 60 contribuições da sociedade para a elaboração do anteprojeto de CPP. Apesar de considerar um "desafio" cumprir o prazo de 180 dias para preparar o anteprojeto, Fabiano disse que o colegiado espera finalizá-lo no tempo determinado. O material, informou, será divulgado na forma de consulta pública para que possa receber sugestões da comunidade jurídica e do público em geral. Se não for possível a elaboração completa do texto, o consultor garantiu que ao menos um esboço inicial será apresentado dentro do prazo.

Collor: concessão de habeas corpus por Gilmar Mendes foi atitude justa

Fernando Collor (PTB-AL) manifestou ontem "integral e irrestrito apoio" ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, que vem sendo censurado por supostamente ter agido com parcialidade no julgamento de dois pedidos de *habeas corpus* para o banqueiro Daniel Dantas. As críticas têm partido de juizes federais, de parcela do Ministério Público e de setores da sociedade e da classe política.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), seção do Distrito Federal, chegou a apresentar no Senado pedido de *impeachment* de Gilmar Mendes, mas que foi arquivada

do pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves. A decisão de Garibaldi foi elogiada pelo parlamentar, que considerou a representação contra o ministro do STF "improcedente, inoportuna e inócua em seus fundamentos".

– Devemos agir com ponderação, equilíbrio e serenidade. Em que pese ao imediatismo no julgamento popular, prevaleceu o descortino de um possível e perigoso cenário de instabilidade jurídica e institucional que poderia se afigurar no país, não tivessem sido corretas e justas as atitudes



Collor elogia arquivamento, por Garibaldi, do pedido de *impeachment* de ministro do STF

do ministro Gilmar Mendes – afirmou.

Em breve pronunciamento feito após o discurso de Collor, o senador Mão Santa (PMDB-PI) louvou o colega pela "lucidez" de suas palavras.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

MPs mantêm pauta do Plenário trancada

Às 14 tem início a sessão deliberativa do Senado. A pauta continua trancada por três projetos de lei de conversão. O primeiro item é o PLV 18/08, que acrescenta novas ferrovias ao Plano Nacional de Viação e amplia o traçado de outras já existentes.

Presidente do Senado recebe ministro da Pesca

Garibaldi Alves recebe, às 10h, o ministro Altemir Gregolin, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; às 16h preside a ordem do dia; às 18h30 participa do lançamento do livro *Caminhos do açúcar – Engenhos e casas-grandes das Alagoas* na biblioteca do Senado.

CCT decide sobre fim de taxa por ponto extra de TV

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) examina, a partir das 8h45, várias proposições, entre elas a que acaba com a taxa mensal por ponto extra de TV paga. Também deve analisar projetos de concessão, permissão ou autorização para emissoras de radiodifusão.

Escolha de banco para recebimento de remuneração

A atualização da regulamentação da atividade do economista é uma das matérias da pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h. O colegiado também decidirá sobre o direito de o empregado escolher o banco em que deseja receber sua remuneração.

CCJ examina novas regras para grampo

O projeto de lei que torna crime a divulgação sem autorização judicial de escuta telefônica e estabelece novas regras para a autorização desse procedimento será analisado, às 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Também está na pauta do colegiado o projeto de recriação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco).

CMO realiza reunião deliberativa

Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) participam de reunião deliberativa. O encontro será às 14h30.

No Interlegis, filme sobre Josué de Castro

Lançamento, às 18h30, na biblioteca do Senado, do livro *Caminhos do açúcar – Engenhos e casas-grandes das Alagoas*, de Douglas Apratto Tenório e Cármen Lúcia Dantas. Às 19h30 será exibido, no auditório do Interlegis, o documentário *Josué de Castro – por um mundo sem fome*, de Tânia Quaresma. Em seguida, haverá debate.

João Pedro pede ao MP reexame do processo de acidente da Gol

João Pedro (PT-AM) sugeriu da tribuna que o Ministério Público Federal reexamine o processo de responsabilização no acidente entre o Boeing da Gol e o Legacy de uma empresa norte-americana, sobre a Amazônia, há quase dois anos.

Para o senador, reportagem apresentada pela TV Record no último domingo, com informações "reveladoras" e "revoltantes" da caixa-preta do Legacy, pode mudar os rumos do processo. Entre outras coisas, disse, ficou claro que o comandante do jatinho mandou desligar o equipamento que poderia ter avisado sobre a aproximação do Boeing. Mais: o piloto norte-americano dormiu por mais de 20 minutos.



João Pedro: caixa-preta do Legacy traz informações reveladoras

Segundo João Pedro, causa revolta um dos momentos da gravação em que os pilotos norte-americanos dão gargalhadas ao comentar o acidente com o Boeing, em setembro de 2006. A aeronave da Gol caiu depois que foi atingida pela asa do Legacy, resultando na morte de 159 pessoas.

PROGRAMAÇÃO CULTURAL NO SENADO

A partir deste mês, diversas atividades culturais – shows, exposições, lançamentos de livros, exibição de filmes e debates, entre outros – acontecem no Senado como parte da programação do Ano Cultural Artur da Távola. Além da celebração dos 50 anos da Bossa Nova, que começou com show do músico Tico da Costa, do Rio Grande do Norte, na segunda-feira, serão homenageados também escritores como Graciliano Ramos, Machado de Assis, Guimarães Rosa e Câmara Cascudo.

Nos dias 12, 13 e 14, apresentam-se os cantores Ângela Brandão, Toninho de Paula e Vanessa Pinheiro, respectivamente, todos servidores da Casa. Ainda em agosto, a Rádio Senado lançará a série 50 Anos da Bossa Nova.

PESQUISA: TERMINA PRAZO DE INSCRIÇÃO

Encerra-se amanhã o prazo para a apresentação de trabalhos para a Pesquisa Institucional sobre o Legislativo, promovida pelo II Seminário Internacional de Estudos sobre o Legislativo – 20 anos, que acontece de 9 a 11 de setembro.

As propostas deverão ser enviadas via e-mail para um dos seguintes endereços: estudos.legislativo@senado.gov.br, 2seminario2008@unb.br, copos.cefor@camara.gov.br ou isc@tcu.gov.br.

A divulgação da lista dos trabalhos selecionados para apresentação ocorrerá no dia 20 de agosto, por e-mails e nos sites das entidades organizadoras. Serão escolhidos no máximo 16 trabalhos, a serem apresentados no segundo dia do seminário – 10 de setembro.

VEREADORA: CRIME TOMOU PODER NO RIO

A vereadora Aspásia Carmargo (PV-RJ), para quem o Rio de Janeiro está completamente ocupado pelo crime organizado e enfrentando problemas federativos gravíssimos, esteve ontem com o presidente do Senado, Garibaldi Alves.

– A situação é grave porque o crime organizado tomou o poder. Agora, eles não apenas cooptam os candidatos, eles criam seus próprios candidatos e exigem que suas comunidades votem neles. Eles controlam o título de eleitor de cada cidadão da comunidade e a zona eleitoral.

Aspásia disse que seu propósito é sensibilizar o Senado, o presidente da República e o Supremo Tribunal Federal para a situação do Rio. Segundo ela, Garibaldi ficou surpreso e perplexo e prometeu ajudar o Rio.

Parlamentares acreditam que Senado pode funcionar normalmente nos meses de agosto e setembro, votando matérias importantes como a PEC dos Precatórios

Líderes decidem por sessões normais no período eleitoral

EM REUNIÃO ONTEM com o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, os líderes partidários acordaram a realização normal de sessões deliberativas neste mês de agosto e em setembro, com o exame de projetos da ordem do dia às terças, quartas e quintas-feiras.

Em entrevista à imprensa após a reunião, Garibaldi Alves explicou que os líderes rejeitaram proposta de sua autoria segundo a qual não seriam realizadas sessões deliberativas na terceira semana de agosto e nas duas últimas semanas de setembro, como forma de conciliar as atividades parlamentares com as eleições municipais de outubro.

Também em entrevista, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que as eleições para escolha de prefeitos não comprometem a realização de sessões deliberativas.

– Teremos, na semana que vem, um período de esforço concentrado, com matérias que

são fruto de consenso de líderes. E aí estabeleceremos o próximo passo – explicou Virgílio.

Precatórios

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), ressaltou que, em princípio, haverá ordem do dia até as eleições municipais de outubro, e que as matérias mais polêmicas, como o substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição 12/06, que institui regime especial de pagamento de precatórios pela União, estados, Distrito Federal e municípios, poderão ser votadas na última semana de agosto.

De autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o substi-

tutivo à PEC dos Precatórios – que são as dívidas da administração pública cujo pagamento foi determinado pela Justiça – aguarda inclusão na ordem do dia, após ter sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no dia 18 de junho

último.

Também deverá ser votado neste mês, segundo Jucá, o PLC 22/07, que dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados adquiridos pelo poder público, e estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada. A matéria recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Deve ser votado ainda em agosto o PLC 12/08, que prevê a criação de tarifa social para a energia elétrica. A matéria já recebeu parecer favorável da CAE.



Proposta inicial de Garibaldi não prosperou na reunião de líderes

Tuma lamenta demora na apreciação de projeto

O senador Romeu Tuma (DEM-SP) lastimou que projeto de sua autoria que trata do atendimento aos consumidores em balcão, telefone e internet, entre outras formas (PLS 735/07), apresentado em dezembro último, demorou tanto para ser apreciado pelo Congresso que o presidente da República acabou assinando decreto com o mesmo teor na semana passada. O decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu regras para o funcionamento dos serviços telefônicos de atendimento ao cliente oferecidos por empresas em geral, a fim de agilizar e aprimorar a atividade.

O senador ressaltou que não protestava contra a assinatura

do decreto, já que concorda com o mérito da matéria.

– Acho que era um projeto importantíssimo. Há muito tempo a sociedade vem reclamando – afirmou ele, referindo-se às dificuldades encontradas pelos consumidores ao procurarem os serviços de atendimento ao cliente.

Romeu Tuma sugeriu que o Congresso Nacional agilize a votação de matérias prioritárias para a sociedade.

– Faço aqui um desabafo de amargura. Ou mudamos nossos critérios de projetos que são importantes e damos urgência a eles ou temos que ligar para o presidente dizendo:



Tuma: tramitação lenta de projetos no Senado abre espaços para o Executivo

“Presidente, baixe um decreto aí porque isso aqui vai morrer nas bancadas do Senado”, disse Romeu Tuma.

CMA quer dados do TCU sobre dívidas de estados

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento de seu presidente, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) o envio ao colegiado dos relatórios reservados feitos sobre as dívidas dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro e do município de São Paulo, refinanciadas pela União.

Na justificativa do requerimento, Quintanilha destacou que o TCU realizou levantamentos de auditorias sobre essas dívidas que não foram tornados públicos. A conclusão



Quintanilha preside reunião em que senadores discutem dívidas estaduais

dos levantamentos seria a de que é “pouco provável” que Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul consigam quitar o saldo devedor ao final do contrato, caso seja mantido o limite de comprometimento

de 13% da receita líquida real para pagamento das respectivas dívidas com o governo federal. Somente o Rio de Janeiro poderia fazê-lo, segundo informações da imprensa citadas pelo senador.



Mário Couto: crime organizado intimida candidatos em Belém

“No Pará também é perigoso fazer campanha”

Assim como no Rio de Janeiro, muitos candidatos de Belém estão com medo de visitar bairros nos quais é forte o poder de criminosos. Segundo o senador Mário Couto (PSDB-PA), os políticos estão contratando seguranças para acompanhá-los.

– Esta é a primeira vez que se vê uma preocupação tão grande dos candidatos. E não é diferente, também, no interior do estado. Aonde chegamos? – protestou o senador, que responsabilizou o governo federal pela falta de recursos no seu estado, lembrando que tem solicitado a ajuda do presidente Lula ao governo de Ana Júlia Carepa (PT). O dinheiro, entretanto, não tem chegado, disse Mário Couto, já que não se vêem ações nem do governo federal nem da governadora.

Flexa Ribeiro critica decisão de Ana Júlia

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou ontem a decisão da governadora do seu estado, Ana Júlia Carepa, de estender as investigações sobre os problemas da Santa Casa de Misericórdia à gestão do ex-governador Simão Jatene, do PSDB.

– Isso é apenas para atender às preocupações políticas e inconseqüentes da governadora, e não vai ajudar na solução dos problemas da Santa Casa – disse.

TV Senado

O parlamentar perguntou ainda à Mesa sobre o início das operações da TV Senado em sistema aberto em Belém. A previsão inicial de funcionamento, explicou, era até meados do ano passado, mas, segundo ele, o governo estadual negou-se a ceder espaço da TV Cultura para o Senado, que precisou abrir licitação para alugar o espaço de outra empresa de comunicação.



Para senador, investigar a gestão anterior não ajuda Santa Casa

Segundo informante encapuzado, que senador apresentou à imprensa, plano foi revelado por irmã de Fernandinho Beira-Mar e incluiria outros parlamentares e juízes

Malta denuncia ameaça de seqüestro dele ou de filha

MAGNO MALTA (PR-ES) denunciou ontem ameaças de seqüestro feitas contra ele, supostamente pelo traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, atualmente preso na Superintendência da Polícia Federal em Campo Grande (MS). Em entrevista coletiva, o senador apresentou à imprensa um informante – encapuzado – que detalhou as denúncias.



Magno Malta concede entrevista coletiva, ao lado de informante

O parlamentar explicou que se trata do mesmo informante que auxiliou os trabalhos da CPI do Narcotráfico, que presidiu na Câmara dos Deputados, em 1999 e 2000.

O informante relatou que a ameaça de seqüestro partiu da irmã de Fernandinho Beira-Mar, Alessandra. Pretendendo enviar um recado a um deputado que tentava localizar uma moça paraibana que viveria com um

dos traficantes da quadrilha de Beira-Mar, ela teria revelado a existência de um plano para o seqüestro de deputados, senadores, juízes ou familiares dessas autoridades para facilitar a fuga de Beira-Mar da prisão. Um dos alvos seria o senador Magno Malta ou uma de suas filhas.

– Ela disse que ele está aparecendo muito na televisão, já apareceu muito na época da CPI do Narcotráfico. ‘Ele sabe que ele deve pra gente. Então,

a gente quer a cabeça ou dele ou da filha dele’ – relatou o informante, referindo-se ao que teria dito a irmã de Beira-Mar.

O traficante Fernandinho Beira-Mar e outros presidiários como o colombiano Juan Carlos Abadia foram transferidos das instituições em que estavam presos, na segunda-feira, pela Polícia Federal depois que o plano foi descoberto.

Presente à entrevista, Romeu Tuma (PTB-SP), vice-presidente da CPI da Pedofilia, explicou que os seqüestros de autoridades serviriam para desviar a atenção da polícia enquanto a fuga ocorresse ou para o uso dos reféns como moeda de troca.

Magno Malta disse ainda que as ameaças contra ele e sua família já vêm sendo investigadas há quase um mês.



Previdência não cumpriu valor previsto em contratos, diz Mão Santa

Foto de Geraldo Magela

Duque apóia projeto

Paulo Duque (PMDB-RJ) pediu que a Mesa do Senado encaminhe ao Ministério da Saúde projeto feito por médicos e funcionários do Hospital Geral de Bonsucesso, no Rio de Janeiro, destinado a ampliar a unidade hepática e o número de transplantes de fígado.

O senador informou que o hospital é o único no país que faz transplante de fígado em crianças e um dos três que realiza cirurgias hepáticas em menores de dez anos. O projeto foi entregue a Duque antes da investigação, pela Polícia Federal, de fraudes no sistema fluminense de transplantes.

– Apesar da descoberta de que havia no estado maus profissionais da medicina que, por dinheiro, furaram a fila de transplantes, o problema não está no hospital – disse.

Mão Santa: idosos foram enganados

Parafresando o presidente Lula, Mão Santa (PMDB-PI) disse que “nunca antes na história deste país os velhinhos, os aposentados, sofreram tanto”. Ele afirmou que também nunca houve tantos suicídios registrados entre os idosos como agora, “após constatarem que foram enganados pela Previdência Social ao se aposentarem.”

– Eles trabalharam muito, contribuíram por 35 anos. O contrato com a Previdência dizia que iriam receber dez salários mínimos, mas estão recebendo quatro – frisou.

Militares dos EUA ouvem palestra na CRE

A divisão de poderes no Brasil e o papel do Congresso em assuntos relativos à defesa nacional foram explicados ontem a militares dos Estados Unidos que visitam o país, em palestra na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O tema da palestra – proposta pelo Ministério da Defesa à comissão e proferida pelo consultor legislativo do Senado Jo-anisval Brito Gonçalves – foi “O Poder Legislativo e a Defesa Nacional no Brasil”.

Renovação em universidade

A apresentação do projeto Universidade Nova, de renovação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi anunciada por César Borges (PP-BA).

Segundo o senador, a proposta foi detalhada na segunda-feira em reunião comandada pelo reitor Naomar de Almeida. O projeto, considerado ambicioso pelo senador, prevê investimentos de R\$ 187 milhões nos próximos três anos em obras, treinamento, ampliação de vagas e de cursos.

César Borges elogiou ainda a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, proposta do ex-senador Waldeck Ornellas, cuja implantação já teve início, e citou proposta de sua autoria (PLS 323/03), já aprovada no Senado, que autoriza o Executivo a criar a Universidade do Oeste da Bahia.



Mozarildo critica critérios de demarcação de Raposa Serra do Sol

Foto de Geraldo Magela

“Seminário sobre reserva foi parcial”

Os critérios de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, foram questionados por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

O senador criticou um seminário sobre o assunto realizado na segunda-feira pelo Ministério da Justiça, onde, de acordo com Mozarildo, “dos 11 palestrantes, nove eram favoráveis à demarcação”, e havia um único índio presente, deixando várias tribos sem representação.

O discurso do senador recebeu apoio de Marisa Serrano (PSDB-MS) e Valter Pereira (PMDB-MS).

Expedito Júnior: Rondônia quer energia de Jirau

O senador Expedito Júnior (PR-RO) afirmou, da tribuna, que Rondônia não aceitará que o governo leve a energia produzida pelas usinas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, diretamente de Porto Velho (RO) até Araraquara (SP), sem subestações que possam abastecer

as regiões cortadas pela linha de transmissão. Para o senador, a escolha desse sistema de transmissão condenará regiões pobres, mesmo produtoras de eletricidade, ao isolamento e subdesenvolvimento, pois a energia seria levada diretamente para as regiões ricas.

Jefferson cobra políticas públicas para Amazonas

Jefferson Praia (PDT-AM) anunciou a apresentação de requerimento para a realização de duas audiências públicas – uma no Senado e outra em seu estado – visando definir políticas públicas com o objetivo de solucionar os problemas da região sul do Amazonas. Conforme

o parlamentar, produtores locais, em especial da cidade de Humaitá, estão endividados e correndo risco de perder suas propriedades.

O senador criticou o Ibama e a Polícia Federal, que, para ele, autuam produtores e deixam os grileiros e madeireiros ilegais agir livremente.

Suplicy homenageia o Hospital Amparo Maternal

Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou o Hospital Amparo Maternal, fundado em São Paulo, em agosto de 1969, por um grupo de pessoas liderado pelo arcebispo à época, dom José Gaspar de Alfonseca e Silva, e pela religiosa franciscana madre Dominequê. Suplicy pediu que os governos federal, estadual e municipal apóiem, com

recursos, o trabalho da maternidade.

Desde que foi fundada, a instituição religiosa atende gestantes – especialmente as de baixa renda – pelo SUS em todas as fases da gravidez. A capacidade atual de atendimento, de acordo com o senador, é de cem pacientes por dia – 50 mil teriam sido atendidos em quase 40 anos.

Arns convoca todos a se vacinarem contra rubéola

O senador Flávio Arns (PT-PR) conclamou a população entre 12 e 39 anos de idade a vacinar-se contra rubéola no próximo sábado (9), quando o Ministério da Saúde lançará a campanha “Brasil livre da rubéola”, que pretende vacinar 70 milhões de pessoas até o próximo

dia 12 de setembro, principalmente os homens, já que mulheres e crianças são regularmente vacinadas. Arns disse que o objetivo é que a partir de março de 2009 nenhum caso de rubéola, doença gravíssima quando atinge mulheres grávidas, seja confirmado no Brasil.

Valter defende inviolabilidade de escritórios

Valter Pereira (PMDB-MS) contestou Pedro Simon (PMDB-RS), que questionou projeto aprovado pelo Senado, em 7 de julho, que trata da inviolabilidade dos escritórios de advogados. Valter Pereira, relator da matéria, disse que a discussão “está desfocada e equivocada”.

O senador ponderou que a inviolabilidade já é prevista na Constituição (artigo 133) e o texto, apresentado em 2006 pelo deputado e jurista Michel Temer (PMDB-SP), apenas detalha as situações em que um juiz pode aceitar pedido de busca e apreensão em escritório de advogado.

Rosalba defende aleitamento materno

Lembrando que em 1º de agosto foi lançada a campanha de âmbito mundial de incentivo ao aleitamento materno, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) ressaltou que uma criança amamentada vai se tornar um adulto mais saudável, tanto física quanto mental e emocionalmente. A senadora recordou que em 2007 apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC 64/07) que prevê a ampliação da licença-maternidade para seis meses. Ela sugeriu que essa ampliação seja feita por leis municipais ou estaduais até que a PEC tramite.

J. Freitas



Expedito teme que regiões pobres fiquem isoladas

J. Freitas



Jefferson Praia apresenta requerimento de audiências

J. Freitas



Objetivo é livrar o Brasil da rubéola, diz Flávio Arns

J. Freitas



“Debate está equivocado”, afirma Valter Pereira

Projeto da Câmara dos Deputados aprovado pela CAE prevê mistura na fabricação de produtos para uso em programas como o Fome Zero

Farinha de trigo pode ter adição de mandioca

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Flávio Arns (PT-PR) a projeto enviado pela Câmara dos Deputados que prevê a adição de mandioca refinada, farinha de raspa de mandioca ou fécula de mandioca à farinha de trigo e derivados adquiridos pelo poder público. A mistura das farinhas será usada na fabricação de pães, massas e biscoitos consumidos em programas sociais do governo, como o Fome Zero. A proposta (PLC 22/07) segue agora para votação no Plenário do Senado.

Para o presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-

SP), o projeto, além de baratear os produtos finais – como o pão –, representa uma fórmula criativa de se combater a crise dos alimentos que, segundo Mercadante, vem “incomodando” as economias mundiais.

De acordo com a proposta, de autoria do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), a proporção da mistura começará com 3%, no primeiro ano de vigência da lei, chegando a 10%, a partir do terceiro ano. Atualmente, o país importa cerca de 75% da farinha de trigo que consome. Algumas estimativas indicam que a mistura das duas farinhas proporcionaria ao país uma economia anual em torno

de US\$ 104 milhões.

O projeto foi elogiado por senadores presentes à reunião, como Osmar Dias (PDT-PR), para quem a iniciativa atende a duas necessidades: combater a dependência do Brasil em relação ao trigo, principalmente o importado da Argentina, e consolidar a cultura da mandioca em todo o país.

Empréstimo

Na mesma reunião, a CAE aprovou um empréstimo externo para o município de Belford Roxo (RJ) no valor de US\$ 13,2 milhões. Os recursos serão usados em urbanização e programas de saneamento

básico. O projeto será agora votado pelo Plenário do Senado, onde tramitará em regime de urgência.

A comissão aprovou ainda dois projetos de decreto legislativo que tratam das programações monetárias para o segundo e o terceiro trimestres deste ano. Já aprovadas pelo Banco Central, essas programações fazem um balanço econômico-financeiro dos respectivos períodos e projetam índices para o futuro, incluindo aí a taxa de inflação.

De acordo com a Constituição, compete ao Senado aprovar as programações monetárias. Mas os senadores,

a exemplo do presidente da Casa, Garibaldi Alves, defendem a idéia de que esse procedimento deva ser retirado da competência do Senado por ser muito antigo.

O projeto (PLS 326/03) que revoga a obrigação de o Senado apreciar as programações monetárias já está pronto para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Aloizio Mercadante lembrou que um acordo entre a Comissão de Assuntos Econômicos e o Banco Central permitiu que o presidente do BC compareça ao colegiado para detalhar as programações monetárias a cada trimestre.



Na reunião da CAE, vários senadores elogiaram a proposta, que pode reduzir a dependência brasileira do trigo argentino e consolidar o cultivo da mandioca em todo o país

Comissão aprova alterações na Tarifa Social de Energia

Substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que pretende corrigir falhas na lei que criou a Tarifa Social de Energia Elétrica (Lei 10.438/02) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O objetivo principal é estender o benefício a um número maior de famílias, desde que se encaixem em faixas de consumo de até 220 kWh/mês.

A proposta inicial (PLC 12/08) previa desconto de até 65% no valor da conta de energia elétrica, levando em conta o baixo consumo e não a renda da família, como estabelece o substitutivo do relator.

– Sugerimos que os descontos sejam concedidos unicamente em função da renda, e não do consumo mensal, para evitar que consumidores de alta e média renda possam vir a usufruir essas vantagens – informou Raupp.

O senador afirmou ainda que o critério atual usado para identificar os beneficiários é “impreciso”, dando margem à exclusão de famílias pobres.

– O governo reconheceu que deve identificar os consumidores de baixa renda, cabendo às distribuidoras somente realizar o enquadramento dos beneficiários e implementar a concessão dos benefícios – explicou Raupp, ao lembrar que o substitutivo foi elaborado com a participação do governo.

Segundo o senador, entre as modificações previstas no substitutivo, está a criação de critério único para todo o país, para evitar favorecimentos e distorções regionais. Pela proposta, terão direito à tarifa social as famílias classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda, desde que inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda mensal por pessoa menor ou igual a meio salário mínimo nacional.

Também poderão beneficiar-se as famílias que tenham, entre seus membros, moradores que recebam o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, ou doente cujo tratamento exija uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos elétricos no tratamento.

Conforme ainda o texto, as concessionárias, permissionárias e autorizadas a executar distribuição de energia elétrica serão obrigadas a informar, nas respectivas faturas de seus consumidores, as alíquotas de descontos praticadas e os valores dos tributos e encargos incidentes sobre as tarifas de energia elétrica.

A matéria será ainda examinada pela Comissão de Assuntos Sociais e pelo Plenário do Senado, antes de voltar para a Câmara dos Deputados, para nova votação.

Projeto cria modelo para Balanço Social Empresarial

A Comissão de Assuntos Econômicos também aprovou ontem substitutivo a projeto de lei que institui um modelo oficial para o Balanço Social Empresarial.

Embora várias empresas brasileiras publiquem balanços sociais, ainda não há uma padronização para esse procedimento. A proposta (PLS 224/07) também cria o Selo Empresa Responsável, a ser concedido às empresas que divulgarem o Balanço Social Empresarial.

A relatora da matéria e responsável pelo substitutivo é a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Com base na proposta, cujo projeto inicial é de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), o Balanço Social Empresarial será uma síntese de informações sobre a empresa e os benefícios sociais por ela prestados à comunidade.

Já o Selo Empresa Responsável será concedido às instituições que publicarem o balanço social, que será obrigatório apenas para as sociedades anônimas.

Segundo Serys, trata-se de “iniciativa meritória, que tem por objetivo demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social de cada empresa”.

O projeto já havia sido aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e ainda será analisado, de forma terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CAE convidará ministro para discutir Rodada Doha

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, será convidado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir os desdobramentos da última reunião da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida em Genebra no fim de julho. O requerimento propondo o debate, apresentado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), foi aprovado na reunião de ontem da CAE. Ao justificar o convite, Casagrande disse que a comissão precisa ser informada dos detalhes das negociações, das perspectivas para o mercado internacional e da posição brasileira em relação ao tema.

– É um assunto de grande importância e, apesar de a negociação ter fracassado, o debate irá continuar – afirmou o senador.

A sugestão recebeu o apoio do presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP). Iniciada em 2001, a Rodada Doha da OMC visa reduzir as barreiras comerciais entre os países. Na última reunião, o Brasil apoiou o acordo proposto pela OMC, que foi recusado por Argentina, Índia e outros países em desenvolvimento.

Celso Furtado

Na mesma reunião, os senadores da CAE decidiram homenagear o economista Celso Furtado. Para organizar o evento, foi criado um grupo de trabalho com a participação de Eduardo Suplicy (PT-SP), autor da sugestão. Aloizio Mercadante destacou a importância do economista, falecido em 2004.

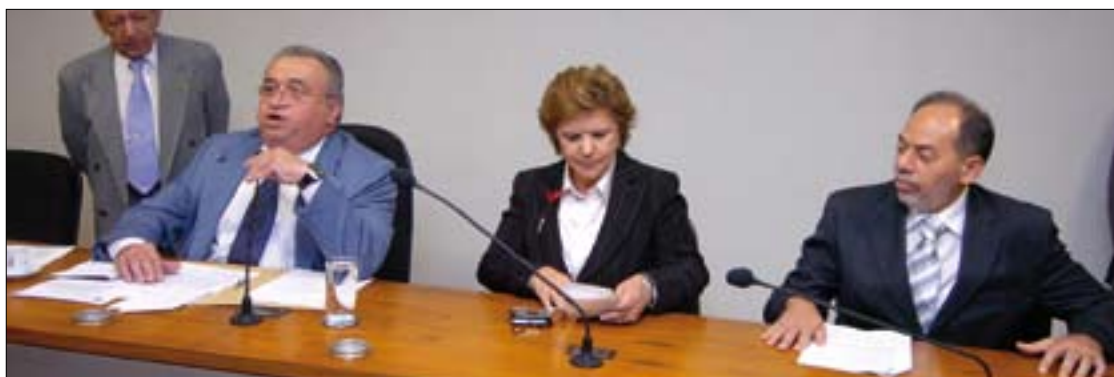
– Será uma grande oportunidade de homenagearmos esse brasileiro que deu uma imensa contribuição ao país – afirmou Mercadante.

Durante a homenagem, deverá ser apresentado o filme *O longo amanhecer*, dirigido por José Mariani, que participará de debate na CAE, juntamente com outras personalidades envolvidas com a obra de Celso Furtado. Por sugestão de Mão Santa (PMDB-PI), Cristovam Buarque (PDT-DF), autor de um livro escrito a partir de entrevista feita com Celso Furtado, será convidado a participar do debate.

Licença do senador Raimundo Colombo para se dedicar às eleições municipais leva a mudança no comando de comissão parlamentar de inquérito

Heráclito é o novo presidente da CPI das ONGs

O SENADOR HERÁCLITO Fortes (DEM-PI) foi eleito ontem, por unanimidade, para o cargo de presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil. A necessidade dessa eleição é decorrente da licença solicitada pelo ex-presidente da comissão, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), para se dedicar às eleições municipais em seu estado. A vice-presidente, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e o relator, senador Inácio Arruda (PCdo



Senadores da CPI escolhem por unanimidade Heráclito Fortes (E), que marca reunião administrativa para hoje

B-CE), continuam nos respectivos cargos.

Após a contagem dos votos e

o anúncio do resultado, Heráclito agradeceu a confiança nele depositada e marcou para hoje

uma reunião administrativa da CPI, em que pretende traçar novos planos. O senador credi-

ta que as agendas de trabalho da CPI e do Senado podem ser compatíveis com as eleições municipais.

– O objetivo é que a CPI das ONGs não frustre a nação brasileira. A população espera resultados positivos desta CPI, que deve corrigir um setor da sociedade muito importante. O terceiro setor pode prestar grandes serviços ao país, mas é preciso que não haja desvio de rumo e, acima de tudo, de recursos públicos – disse o senador, enfatizando que é preciso corrigir os desvios do sistema.

Simon condena presença da 4ª Frota dos EUA no Atlântico Sul

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse, em entrevista à Agência Senado, que é uma coincidência preocupante para o Brasil o fato de ter havido a descoberta de petróleo na costa brasileira e, no mesmo período, a 4ª Frota da Marinha norte-americana posicionar-se no Atlântico Sul, 58 anos depois de ter sido desativada. Simon informou que, amanhã, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai discutir o conteúdo de uma carta que será enviada aos candidatos à Presidência dos Estados Unidos, Barack Obama e John McCain, registrando a rejeição brasileira à presença desse destacamento militar em águas sul-americanas.

A carta será elaborada pelos senadores Simon e Eduardo Suplicy (PT-SP), que foram, juntamente com os senadores João Pedro (PT-AM) e Cristovam Buarque (PDT-DF), no dia 9 de julho, à embaixada americana comunicar ao embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, os protestos brasileiros contra a atuação da 4ª Frota na América do Sul.

Simon destacou, durante a entrevista, que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, somente foi comunicado da presença da 4ª Frota por telefonema da secretária de Estado do governo Bush, Condoleezza Rice, depois que os senadores protestaram junto ao embaixador americano no Brasil. Na opinião do parlamentar, a atitude americana é uma desconsideração para com a

soberania do Brasil e dos outros países da América do Sul.

As jazidas de Tupi ficam a cerca de 150 milhas e estendem-se além das 200 milhas, lembrou Simon. O Brasil, lembrou também, apresentou à Organização das Nações Unidas (ONU) proposta sobre o direito à exploração dos recursos econômicos na costa brasileira. Ainda em discussão na ONU, a proposta envolve uma área de exploração de 960 mil quilômetros quadrados além da área das 200 milhas.

Essa área se estende ao longo da costa brasileira, principalmente nas regiões Norte (região do Cone do Amazonas e Cadeia Norte Brasileira), Sudeste (região da Cadeia Vitória-Trindade e Platô de São Paulo) e Sul (região do Platô de Santa Catarina e Cone do Rio Grande) e equivale à soma das áreas dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Assim, a área oceânica sob jurisdição brasileira totalizará 4,4 milhões de quilômetros quadrados.



Simon vê coincidência entre retorno da frota e descoberta de petróleo



Suplicy defende transformação do Bolsa Família em Renda Básica

Suplicy pede a aprovação do fundo de cidadania

Em discurso no Plenário, Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de sua autoria (PL 7.430/06) que destina recursos oriundos da exploração do petróleo da camada pré-sal ao financiamento do programa Renda Básica de Cidadania. O projeto, que cria o Fundo Brasil de Cidadania para financiar o programa com receitas de exploração dos recursos naturais brasileiros, já foi aprovado pelo Senado e tramita atualmente na Comissão de Finanças e Tributação, tendo como relator o deputado Ciro Gomes (PSB-CE).

Suplicy informou que já apresentou a proposta ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. O senador também defendeu a progressiva transformação do programa Bolsa Família no programa Renda Básica de Cidadania. O primeiro beneficia famílias com renda mensal até R\$ 120. O segundo beneficiaria todos os cidadãos brasileiros e os estrangeiros residentes no país há pelo menos cinco anos.

Dornelles elogia Jorge Rachid, ex-secretário da Receita Federal

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ressaltou ontem a competência, a dignidade, o caráter e o espírito público do ex-secretário da Receita Federal (SRF) Jorge Rachid, e o sucesso do trabalho desenvolvido à frente da autarquia, representado pelos sucessivos recordes de arrecadação de impostos, mesmo em um contexto de desoneração tributária.

– Técnico de posições firmes, nunca se escondeu ou fugiu do diálogo com o segmento dos contribuintes e principalmente com o Congresso Nacional. Esteve incontáveis vezes na Câmara dos Deputados e no Senado, procurando sempre compreender o posicionamento de setores da sociedade e dos contribuintes que eram levados à Secretaria da Receita pelos senadores e deputados – afirmou.

Dornelles lembrou que na gestão de Jorge Rachid foi aprovado o Simples Nacional, que simplificou procedimentos na área das micro e pequenas empresas, bem como foi adotada a cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O senador do Rio de Janeiro assinalou que nessa época também foram unificados os sistemas de arrecadação da Secretaria da Receita Federal e da Previdência Social.

– Apresentei projeto, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de que o cargo de secretário da Receita deva ser ocupado por funcionários da

carreira de auditor. Vejo, pois, com satisfação que o ministro Guido Mantega, para substituir o secretário Jorge Rachid, escolheu a auditora Lina Vieira que, pelo seu currículo, mostra ser uma técnica altamente qualificada para ocupar o cargo e para dar prosseguimento aos trabalhos que fizeram da Receita Federal um dos órgãos de maior credibilidade e responsabilidade da administração pública – declarou Francisco Dornelles.

Pedro Simon (PMDB-RS) enalteceu, em aparte, o trabalho realizado na Receita Federal pelo ex-secretário Jorge Rachid. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressaltou os avanços e índices de arrecadação alcançados por Rachid e desejou boa sorte à nova secretária. Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a forma construtiva com que Rachid dialogou com os senadores na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e disse que a nova secretária deverá manter a mesma seriedade.



Dornelles lembra sucessivos recordes de arrecadação de impostos

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Gerson Camata • Antônio Carlos Valadares • Alvaro Dias • João Vicente Claudino • Mão Santa •

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Foto de Genildo Mangel

Paim cumprimenta professora de Novo Hamburgo

Paim e Cristovam defendem o piso salarial dos professores

O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou que esteja ocorrendo em alguns estados o que considera um movimento para que não seja aplicado o piso salarial nacional de professores, no valor de R\$ 950, aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República.

Ao reafirmar sua posição em relação ao piso salarial do magistério, Paim cumprimentou a professora Edilaine Vieira Lopes, de 22 anos,

de Novo Hamburgo (RS), cujo trabalho sobre Machado de Assis foi selecionado pela Academia Brasileira de Letras e pela *Folha Digital*, que oferecem, pelo sétimo ano, um prêmio de redação para professores do país.

O senador comentou ainda pesquisa do Instituto Pró-Livro e Ibope/Inteligência, a qual confirma que os não-leitores estão na base da pirâmide social do país. Disse que a pesquisa revela pelo menos um dado alentador: as crianças e os jovens são os que mais lêem. Enquanto a média nacional é de 4,7 livros por ano, entre a população de 5 a 10

anos, a média fica em 6,9 livros anuais.

Também o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) conclamou a sociedade a defender a lei que criou o piso salarial nacional dos professores da educação básica (Lei 11.738/08). A lei, oriunda de projeto apresentado por Cristovam (PLS 59/04), foi sancionada no final do primeiro semestre e prevê que os professores de todo o país deverão ganhar, a partir de 2010, no mínimo R\$ 950 por 40 horas de trabalho semanal – sendo que 33% desse tempo deverá ser reservado a atividades extraclasse, como preparação de aulas e correção de provas.

Governo poderá criar escola de segurança pública

Proposta de Casagrande, aprovada pela Comissão de Educação e ainda sujeita à análise da CCJ, visa combater a criminalidade sem o uso de força

O GOVERNO FEDERAL poderá criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social, segundo estabelece projeto de Renato Casagrande (PSB-ES) aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta será ainda examinada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (372/07) tem caráter autorizativo, ou seja, permite a criação da escola pela União. A instituição seria localizada em Brasília e teria, entre seus objetivos, os de elaborar currículos e programas de formação de profissionais de segurança em todo o país e “estudar e propor soluções para os problemas de violência e assimetria social”.

– Esta iniciativa foge do conceito de enfrentamento pela força. Precisamos trabalhar no sentido de promover o combate à criminalidade de forma inteligente – disse Casagrande.

O relator *ad hoc*, senador Flávio Arns (PT-PR), concordou com a necessidade de se fortalecer a formação dos profissionais do setor. E sugeriu a realização, ainda neste ano, pelo Senado, de um grande debate sobre a questão da violência – especialmente no que se refere à ação do tráfico de drogas.

Marisa Serrano (PSDB-MS) disse ter certeza de que o governo se “sensibilizará” pela proposta de criação da escola. Por sua vez, Gerson Camata (PMDB-ES) demonstrou grande preocupa-



A Comissão de Educação aprovou ainda proposta que institui 28 de janeiro como Dia Nacional do Auditor Fiscal do Trabalho

ção com o crescente poder dos traficantes, inclusive no que diz respeito à sua influência sobre as eleições municipais de outubro.

Royalties

O presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), concedeu vista coletiva do projeto de sua autoria que estabelece a aplicação em programas de educação básica, ciência e tecnologia de *royalties* derivados da exploração do petróleo e gás destinados a estados e municípios (PLS 116/08). A proposta contou com voto favorável do relator *ad hoc*, senador Marco Antonio Costa (DEM-TO).

Ao pedir vista do projeto, Francisco Dornelles (PP-RJ) concordou com a necessidade de se estabelecerem regras mais claras para a destinação dos *royalties* provenientes da exploração de petróleo e gás. Mas observou que, a seu ver, apenas por meio de uma proposta de emenda à Constituição os estados poderiam ser obrigados a seguir uma regra sobre o uso dos *royalties*.

Dois outros projetos receberam parecer favorável da CE. O primeiro (PLC 22/08), cujo relator foi o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), denomina Engenheiro Civil JJ Lopes de Brito o viaduto localizado no quilômetro 519 do anel de contorno sobre a rodovia BR-324, em Feira de Santana (BA). O segundo projeto (PLC 42/08), cuja relatora foi a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), institui o Dia Nacional do Auditor Fiscal do Trabalho em 28 de janeiro, data em que – há quatro anos – foram assassinados servidores que investigavam a existência de trabalho escravo em Unai (MG).

Doenças falciformes

Entre as propostas aprovadas em decisão terminativa pela comissão está o PLS 588/07, de Paulo Paim (PT-RS), que cria o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes. Por meio do projeto, que teve Mão Santa (PMDB-PI) como relator, o autor pretende estimular a prevenção contra

essas doenças, mais frequentes entre pessoas negras.

Também receberam decisão terminativa o PLS 452/07, de Marconi Perillo (PSDB-GO), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Formosa (GO), cujo relator *ad hoc* foi Flexa Ribeiro; e o PLS 640/07, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que institui 10 de dezembro – data da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 – como o Dia da Inclusão Social. O relator foi Neuto de Conto (PMDB-SC).

A comissão decidiu ainda, seguindo relatório elaborado pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), pelo arquivamento de ofício relativo a estudo sobre a aplicação de recursos destinados à educação no Rio Grande do Sul. E aprovou requerimento apresentado por Flávio Arns, de realização de audiência pública sobre o paraesporte no Brasil e suas implicações na qualidade de vida e inclusão social das pessoas com deficiência.

Rodovia em Minas ganha o nome de Guimarães Rosa

Passará a chamar-se Rodovia Guimarães Rosa o trecho da BR-135 entre Januária (MG) e o entroncamento da estrada BR-040, em Curvelo (MG). É o que estabelece projeto aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE).

O autor da proposta (PLS 134/08), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse que o trecho que ganha o nome do escritor passa perto de Cordisburgo, cidade natal de Rosa, e corta boa parte da chamada região das Gerais, bastante mencionada no livro *Grande Sertão: Veredas*. O relator *ad hoc* foi Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Escola técnica

Também foi aprovado em decisão terminativa o PLS 659/07, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Machadinho d'Oeste (RO). O projeto teve como relator Gerson Camata (PMDB-ES).

Ainda terminativamente, a CE rejeitou o PLS 363/07, de Raimundo Colombo (DEM-SC), que visava considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar. O projeto teve voto contrário do relator *ad hoc*, João Pedro (PT-AM).

Cristovam quer criação de lei de responsabilidade educacional

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu ontem a criação de uma lei de responsabilidade educacional, nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00-Complementar). Para Cristovam, a nova lei deveria tornar inelegíveis representantes do Executivo que não cumprissem metas educacionais estabelecidas pela população ou pelo governo federal.

A proposta foi defendida no Seminário Internacional Ética e Responsabilidade na Educação: Compromisso e Resultados, promovido pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em parceria

com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e com o movimento Todos pela Educação. O ministro da Educação, Fernando Haddad, também participou do evento, que visa produzir uma declaração de princípios para o aperfeiçoamento e a aprovação de uma futura lei de responsabilidade educacional. Tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei nesse sentido (PL 600/07), de autoria do deputado Carlos Abicalil (PT-MT).

Cristovam afirmou que considera “um crime” o fato de cidadãos brasileiros adultos ainda hoje morrerem “sem ter

tido a chance de aprender a ler”. Para ele, essa situação é “reflexo de uma falta de ética generalizada neste país no que toca à educação”.

– Não vejo dificuldade técnica [para criar a lei], mas acho que seria difícil convencer a população da importância da medida e os políticos de que eles têm que correr riscos, inclusive de ficar inelegíveis – ressaltou o ex-ministro da Educação.

Fernando Haddad também defendeu a criação da lei. Para ele, essa seria uma forma de garantir que não haveria descontinuidade das políticas públicas de educação.



Para Cristovam (D), políticos devem correr riscos e fazer o que país precisa

José Cruz



Setor cresceu durante o governo Lula, afirma Ideli

Ideli festeja dados da construção civil

O crescimento do setor da construção civil durante o governo Lula foi comemorado por Ideli Salvatti (PT-SC). Com base em dados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), a senadora afirmou que o setor – que compreende indústrias e lojas de materiais, além de empresas construtoras – cresceu mais do que o produto interno bruto (PIB) brasileiro em 2004, 2006 e 2007, sendo que, para este ano, a previsão é que o crescimento seja

em torno de 10,2% em relação ao ano passado – um índice duas vezes superior ao crescimento do PIB previsto para o mesmo período.

Ideli também considerou “extremamente contundentes e positivos” os resultados de estudos feitos pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que apontam redução da parcela pobre da população e crescimento da classe média – “pela primeira vez mais da metade dos brasileiros”.



Para Azeredo, governo dá sinais contraditórios

Azeredo: governo não acompanha BC

O governo federal vem reagindo à alta dos índices inflacionários de maneira contraditória, na opinião de Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Para o senador, o esforço do Banco Central, ao elevar a taxa básica de juros a fim de controlar a inflação, não é acompanhado pelo governo como um todo, que, segundo Azeredo, demonstra despreocupação com a contenção de gastos. Ele citou como exemplo a recente criação do Ministério da Pesca, com mais de 200 novos

cargos em sua estrutura.

O senador pediu permanente vigilância sobre os fatores que trazem inflação, especialmente o gasto público, exortando o governo a evitar o inchaço da máquina administrativa. Mas salientou que é necessário manter investimentos em segmentos estratégicos, como a ciência e tecnologia, e em infraestrutura. “Investimentos devem ser feitos em recursos humanos também. Mas não na ganância, não com descontrole”, afirmou.



Valadares celebra anúncio da reforma partidária

Valadares defende redução de partidos

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) considerou “salutar para a normalização da vida político-partidária” no país o anúncio de que o governo enviará, no próximo ano, uma proposta de reforma política ao Congresso.

O senador defendeu a redução do número de partidos (para sete ou oito); a restrição do financiamento público de campanha aos partidos com assento no Congresso; e a reunião dos partidos pequenos em uma federação, para ter acesso

a recursos públicos e ao horário gratuito no rádio e na televisão.

Segundo o parlamentar, existem pelo menos 28 partidos registrados na Justiça Eleitoral.

Valadares disse que o financiamento público de campanha já existe, por meio do repasse de recursos oriundos do Fundo Partidário e das multas aplicadas pela Justiça Eleitoral. “O que estamos propondo é que haja a consolidação desses recursos numa legislação só”, observou.



Maldaner apóia pagamento de escola com fundo

Maldaner quer novos usos para FGTS

A votação, em Plenário, de proposta de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que reúne projetos visando permitir ao trabalhador sacar recursos de sua conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para finalidades não previstas na legislação atual foi defendida por Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Um dos projetos que tratam do assunto (PLS 203/00) é do próprio Maldaner e autoriza o trabalhador a pagar mensalidades escolares do ensino médio e superior com

recursos do FGTS.

Alvaro Dias (PSDB-PR), autor de outro dos projetos englobados no substitutivo de Azeredo (PLS 131/99), parabenizou Maldaner.

– É importante rediscutir o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. São recursos que pertencem ao trabalhador brasileiro e que, muitas vezes, são utilizados indevidamente, inclusive com desvio de finalidade. É hora de verificar onde eles serão mais bem aplicados. A meu ver, em educação – afirmou.



Geovani homenageia Santos Dumont

Geovani exalta inventores brasileiros

Uma homenagem aos inventores brasileiros foi feita por Geovani Borges (PMDB-AP). Ele criticou “a tendência nacional à baixa autoestima, que precisa ser quebrada, abrindo caminho para soluções e inovações”.

O senador citou vários feitos brasileiros, começando pelo primeiro voo de um avião impulsionado por um motor a combustão, o *14 Bis*, construído e dirigido por Santos Dumont. “Infelizmente, os norte-americanos irmãos Wright

asseguraram o crédito da invenção do avião”, lamentou.

Geovani mencionou ainda a abreugrafia, exame com raios X criado por Manuel de Abreu; o Bina, identificador de chamadas telefônicas criado por Nélcio Nicolai; o dirigível, patenteado por Júlio Cezar; e o escorredor de arroz, criado por Beatriz de Andrade. Entre esses inventores, Beatriz teria sido a única beneficiada com o reconhecimento de seus direitos, que vendeu a uma indústria.

Governo pretende criar rede nacional de ciência e tecnologia com 60 novos institutos

Tião Viana pede mais equilíbrio na área de pesquisa

O SENADOR TIÃO Viana (PT-AC) criticou ontem, em discurso no Plenário, a concentração dos recursos destinados ao financiamento de projetos para ciência, tecnologia e informação nas regiões Sul e Sudeste. Ele mencionou matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que traz detalhes sobre o lançamento de edital pelo governo federal, na última segunda-feira, destinando R\$ 435 milhões para a área.

De acordo com a matéria citada pelo parlamentar, este é o maior edital já lançado para ciência, tecnologia e informação e prevê a criação de uma rede nacional com cerca de 60 institutos. Três estados parceiros receberão investimentos por meio de suas fundações de apoio à pesquisa: São Paulo, R\$ 75 milhões; Rio de Janeiro, R\$ 30 milhões; e Minas Gerais, R\$ 30 milhões. O restante dos recursos será disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação, para o pagamento de bolsas, e os recursos serão regionalmente distribuídos da seguinte forma: 50% para o Sudeste, 15% para o Sul e 35% para os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

– Falam tanto, país a fora, na Amazônia, mas, quando o assunto é financiamento de programas estratégicos, esse financiamento tem o direcionamento claro para os estados do Centro-Sul – lamentou o senador, embora



Foto: Genildo Magalhães

Viana critica concentração de recursos de pesquisa no Centro-Sul do país

tenha elogiado o presidente Lula pela iniciativa.

O jornal diz que metade dos recursos vai ser destinada a projetos de demanda espontânea dos pesquisadores, e a outra parte está reservada para projetos em 19 áreas consideradas estratégicas pelo Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação, envolvendo, entre outras, biotecnologia, nanotecnologia, agronegócio, mudanças climáticas e Amazônia.

Tião Viana sugeriu que os recursos do programa sejam utilizados de forma a superar as desigualdades do conhecimento, geradas por uma situação perversa contida nos mecanismos de financiamento à pesquisa no país. Citou, ao justificar as suas preocupações, que a Amazônia recebe proporcionalmente 13 vezes menos que outras áreas do Brasil quando está em pauta o financiamento à pesquisa no segmento da saúde.

Alvaro Dias critica possível apoio do BNDES a empresa argentina

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem a possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conceder empréstimo à Argentina no intuito de socorrer a principal empresa de aviação daquele país – a Aerolíneas Argentinas. Ele citou matéria publicada pelo jornal *El Clarín* que anuncia haver um compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesse sentido, que teria sido firmado em sua viagem àquele país, na última segunda-feira.

– Se o país estivesse em condições de oferecer recursos a outras nações, não questionaríamos – afirmou Alvaro Dias.

Ele lembrou que o governo não socorreu a Varig, empresa aérea brasileira que também passou por problemas, mas promoveu “negociata” e “tráfico de influência” para facilitar uma operação ilegal e contra as leis vigentes. Alvaro Dias se referia à aquisição da Varig por uma empresa estrangeira, o que é vedado pela lei.



Alvaro quer auditoria nos contratos externos firmados pelo BNDES

O parlamentar fez um apelo para que seja votado requerimento de sua autoria, apresentado à Mesa em 2005, solicitando auditoria pelo Tribunal de Contas da União nos contratos externos do BNDES. Esses contratos somariam US\$ 1,75 bilhão e, na opinião de Alvaro Dias, é necessário o país saber as condições em que foram celebrados, o prazo para resgate, a forma de ressarcimento e os períodos de carência.